



Date: 25/10/2012

National Report of ANS

Resistir já é vencer.

Esta frase sintetiza a atividade da ANS e dos Sargentos de Portugal desde o nosso último Relatório, em Abril passado. Sozinha, em colaboração com as outras associações de militares, em eventos e ações com a sociedade civil, junto das instâncias oficiais do Governo (MOD e Primeiro-ministro) e das Chefias militares, da Assembleia da República, manifestando-nos na rua ou em sessões privadas, de tudo a ANS fez com o único propósito de resistir ao ataque continuado conduzido desde 2005 à Família Militar.

1. Current main concerns of soldiers in your country

Nos últimos seis meses esse ataque subiu para um novo patamar, agravando as condições de todos os portugueses e, por conseguinte, as de todos os militares. Esta situação, considerando o juramento feito pelos militares de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa, ao serviço do Povo português, está a gerar um sentimento de profunda indignação, ao qual se junta o desespero de muitos camaradas por não conseguirem fazer face às despesas e às responsabilidades assumidas com a sua economia doméstica – estima-se que 20% dos militares e suas famílias estejam em situação de falência familiar.

Atente-se, num breve olhar sobre as medidas previstas na Proposta de Orçamento de Estado para 2013. Podemos, por exemplo, encontrar as seguintes:

- Lei da Programação Militar – redução de 45,71%;
- Manutenção das reduções remuneratórias entre 3,5% e 10% para vencimentos superiores a 1500 €;
- Subsídio de Natal pago em duodécimos;



- Suspensão do pagamento do subsídio de férias total para os vencimentos superiores a 1100€ e parcial para vencimentos entre os 600€ e os 1100€;
- Suspensão do pagamento de 90% do subsidio de férias e 100% do subsidio de Natal para os reformados cuja pensão seja superior a 1100€ e parcial para pensões entre os 600€ e os 1100€;
- O tempo de serviço prestado em 2013 não conta para efeitos progressão, e as promoções são congeladas, exceto as devidamente justificadas e que não impliquem aumento das despesas com pessoal e só após despacho conjunto do MEF/MDN.

2. Work undertaken or attempted by your association tackle these issues

É neste quadro que a ANS tem atuado no passado semestre. Por um lado sentindo na pele as agruras duma política orçamental que ataca tudo e todos, conduzindo o país e o seu povo à miséria, por outro, tentando resistir contra as medidas neoliberais tomadas no âmbito do acordo Governamental com o FMI e a EU que afetam a Instituição Militar e os seus efetivos.

Assim, desde abril último, a ANS pautou a sua atividade por um conjunto vasto de iniciativas, das quais destacamos as seguintes:

- Em maio, levámos a cabo o VI Encontro Nacional de Sargentos, onde reunimos cerca de 600 sargentos. Neste Encontro foi aprovado um Caderno de Aspirações renovado e atualizado. O intuito de o fazermos foi o de apresentar propostas de soluções, mostrado que temos uma perspetiva pela positiva do trabalho da ANS. Não apontamos apenas *o que está mal*; também propomos soluções. Este Caderno de Aspirações foi entregue ao Primeiro-ministro, no início de junho, tendo a delegação da ANS sido recebida pelo seu assessor para os assuntos militares. Na rua, junto da residência oficial do Primeiro-ministro, várias centenas de militares e a imprensa aguardavam as respostas dessa reunião que, como de costume, anunciaram uma série de boas intenções que o futuro revelou serem apenas isso, intenções;



- Ainda em junho, juntamente com a AP, promovemos uma concentração em frente ao Ministério das Finanças, a que chamámos 'Requiem pela Condição Militar', na qual muitas centenas de militares aprovaram uma Moção que viria a ser entregue ao Primeiro-ministro por uma delegação das duas associações;
- No passado dia 17 de outubro promovemos e realizámos um Encontro de Militares em parceria com a AOFA e a AP, onde cerca de 500 militares de todos os postos e Ramos aprovaram uma resolução para que as Direções das três associações solicitem ao Senhor Presidente da República, na sua qualidade de Chefe Supremo das Forças Armadas, a fiscalização preventiva do Orçamento de Estado para 2013 junto do Tribunal Constitucional e a realização duma Manifestação de Militares em Lisboa no próximo dia 10 de Novembro;
- Em 20 de setembro, apenas há uma semana, promovemos a 2ª Conferência de Delegados da ANS, na qual cerca de 70 delegados de todo o país debateram temas como Formação e Carreiras, Vencimentos e Cortes Orçamentais e Alteração de Regras de passagem à Reserva e Reforma nas Forças Armadas.

Para além destas principais iniciativas, a ANS realizou ainda:

- Reuniões de trabalho com o Secretário de Estado da Defesa Nacional;
- Audiências com todos os quatro Chefes de Estado-maior;
- Várias comemorações, sessões evocativas, debates, com várias associações e organizações da sociedade civil e militares;
- Várias reuniões com as outras associações de militares para realização de iniciativas conjuntas;
- Reuniões com as associações e sindicatos das Forças de Segurança para averiguar das possibilidades futuras de iniciativas conjuntas, o que ainda não aconteceu, a não ser com envio mútuo de delegações de militares e/ou das forças de segurança em sinal de solidariedade recíproca;
- Deslocações para reuniões de trabalho com delegações da ANS por todo o país;
- Reunião em Lisboa com uma delegação da AUME, da AP e da AOFA, no âmbito do FMMA, da qual saíram várias decisões no sentido de adotar posições e desenvolver iniciativas comuns aos países do sul da Europa e do Mediterrâneo, *under the umbrella of EUROMIL*, uma vez que os militares destes países estão sujeitos a muitos problemas semelhantes. Durante os dias em que decorrem o 105º Presidium e o 4º Congresso da EUROMIL, o FMMA realizará o seu 6º Encontro.



3. Achievements and difficulties

Em linhas gerais este é o resumo do que tem sido a atividade da ANS. Tem sido difícil conjugar a luta e outro tipo de trabalho, uma vez que ainda não tem terminado o combate contra uma malfeitoria, já está outra na calha. Nos últimos anos os Orçamentos de Estado têm sido usados, não para planear e organizar financeira e economicamente o funcionamento do país para o ano seguinte, mas sim para alterar um conjunto enorme de leis, nomeadamente as que se aplicam aos militares, sem nunca consultar as suas associações representativas, colocando constantemente a *batalha na nossa retaguarda* e obrigando-nos a *recuar para cavar a trincheira mais atrás* para resistir aos ataques à Condição Militar e às condições sociais das nossas famílias.

Por isso não tem havido resultados palpáveis dessa luta.

O que temos conseguido, isso sim, é a mobilização cada vez maior dos camaradas para a necessidade de lutar. É o que temos feito, sempre dentro do quadro legal em que as associações socioprofissionais de militares portuguesas se movem, numa atitude responsável e institucional que evite os incitamentos mais ou menos explícitos para iniciativas imponderadas, que alguns defendem para, depois, poderem justificar repressão e punições. E contudo temos de lutar. Pelas condições sociais das nossas famílias, pelo desespero de um número cada vez maior de portugueses que não vê qualquer futuro, temos de lutar. Mesmo que isso signifique abandonar algum conforto. Há que lutar por Portugal.

Mas a Associação Nacional de Sargentos, apesar do momento difícil que o nosso país atravessa, em que há 20% de desempregados, um país cujo Governo não considera a assistência social e a educação como responsabilidades do Estado, saberá sempre pautar a sua atividade pela dignidade, pela coragem e pela determinação, de modo a construir para os Sargentos e para o Povo português, ao serviço do qual estamos, um futuro melhor e mais feliz.

by ANS, October 2012